

25/08/2015

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.892 RORAIMA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: NEUDO RIBEIRO CAMPOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

Recurso ordinário em *habeas corpus*. 2. Alegação de nulidade. Ausência de apreciação de tese da defesa. Nulidade não configurada. Interpretação do art. 5º, incisos XXXV e LX, e art. 93, inciso IX, da CF em repercussão geral não exige julgador exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, bastando sejam fundamentadas, ainda que sucintamente. Precedentes. 3. Exceção de suspeição de magistrado. Encontro realizado fora das dependências do fórum a pedido do próprio recorrente/excipiente e na presença do Chefe da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima. Conteúdo da conversa incapaz de ensejar quebra de isenção ou parcialidade. Comportamento ético e prudente evidenciado. 4. Impossibilidade de suspeição quando as razões decorrem de ato da própria parte. Proibição ao comportamento contraditório - princípio de que ninguém pode valer-se da própria torpeza. Inteligência dos art. 256 e 565 do CPP; e do 243 do CPC. 5. O reconhecimento de manifesta ilegalidade, por meio de *habeas corpus*, somente sobrevém quando a prova é pré-constituída, o que não ocorreu. Recurso não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 25 de agosto de 2015.

**RHC 119892 / RR**

**Ministro GILMAR MENDES**

**Relator**

*Documento assinado digitalmente*

25/08/2015

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.892 RORAIMA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: NEUDO RIBEIRO CAMPOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por Neudo Ribeiro Campos contra acórdão proferido pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que denegou a ordem no *Habeas Corpus* n. 206.706/RR.

Extraí-se dos autos que o paciente busca o reconhecimento da suspeição do magistrado responsável pela instrução e julgamento da Ação Penal n. 8010-29.2010.4.01.4200 em trâmite na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima.

Alega, em síntese, a parcialidade do juiz ante o fato de o paciente ter com ele se encontrado, em 22.12.2005, no Gabinete do então Procurador-Geral de Justiça para tratar de assuntos relativos ao processo-crime no qual figura como réu.

Sustenta que:

*"(...) o encontro realizado entre Juiz e réu, fora das dependências do Tribunal, para tratar de assuntos de interesse das partes, é motivo suficiente para demonstrar inexistir, a partir de então, a imparcialidade para conduzir o feito, ante a evidência de que o ato, além de rigorosamente anormal, é revelador da flagrante irregularidade que contamina, data venia, a posição de isenção do*

**RHC 119892 / RR**

*Juiz para julgar o paciente."*

Assim:

*"(...) o Magistrado não deveria aceitar a reunião fora das dependências do Fórum Federal para tratar de assuntos referentes ao processo, ou, então, deveria ter advertido o paciente para que, através de advogado devidamente constituído, pleiteasse uma reunião entre partes e juiz nas dependências do Fórum Federal e, de qualquer forma, jamais orientar ou aconselhar o paciente, sob pena de se enquadrar na hipótese de suspeição ora aventada".*

Em primeira instância, o próprio Juiz Federal rechaçou a exceção de suspeição e determinou a remessa ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região para apreciação.

A Terceira Turma do TRF/1ª Região julgou improcedente a exceção de suspeição (Exceção de Suspeição Criminal n. 80102920104014200/RR), nos termos da ementa a seguir transcrita (eDOC 1, p. 104):

**"PENAL E PROCESSUAL PENAL - EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 254 DO CPP - PROVOCAÇÃO DA SUSPEIÇÃO PELA PARTE - INCIDÊNCIA DO ART. 256 DO CPP - AUSÊNCIA DE IMPARCIALIDADE DO EXCEPTO - EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.**

I - "(...) As causas de impedimento e suspeição de magistrado estão dispostas taxativamente no Código de Processo Penal, não comportando interpretação ampliativa. (...) (STJ, HC 99945/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, 6ª Turma, DJe de 17/11/2008).

**RHC 119892 / RR**

II - No caso dos autos, as alegações do Excipiente não se enquadram em qualquer das hipóteses previstas no art. 254 do CPP, que estabelece, taxativamente, as situações de suspeição de Magistrado.

III - O art. 256 do CPP impede a declaração ou o reconhecimento da suspeição, na hipótese de provocação da parte para criá-la.

IV - Não se extrai, da conversa entre o Juiz excepto e o Excipiente, um aconselhamento à parte, de forma a conduzir à suspeição do Magistrado, nos moldes do art. 254, IV, do CPP, seja porque o Excepto esclareceu a Neudo Ribeiro Campos que os seus advogados poderiam dar-lhe orientação sobre o assunto, seja porque não se pode inferir, da explicação feita sobre as hipóteses de prisão cautelar, a finalidade de favorecer ou de prejudicar o ora Excipiente, contaminando a imparcialidade do Magistrado.

V - Inexistência, nos autos, de elementos demonstradores do comprometimento da imparcialidade do Juiz excepto.

VI - Exceção de Suspeição julgada improcedente.”

Ainda inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça. A 6ª Turma denegou a ordem nos seguintes termos (eDOC 14, p. 70):

“HABEAS CORPUS. PECULATO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO. IMPROCEDÊNCIA.

1. Improcede a alegação de suspeição do Juiz de primeiro grau pelo fato de haver se reunido com o acusado, atendendo a pedido deste, fora das dependências do fórum, em gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Estado.

2. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional estabelece, como um dos deveres do juiz, "tratar com urbanidade as partes,

**RHC 119892 / RR**

os membros do Ministério Público, os advogados, as testemunhas, os funcionários e auxiliares da Justiça, e **atender aos que o procurarem**, a qualquer momento, quanto se trate de providência que reclame e possibilite solução de urgência." (art. 35, IV, da Lei Complementar nº 35/75). Mesmo no gozo de suas férias, nada mais fez o Juiz que atender a pedido da parte para que fosse atendida e ouvida.

3. Da dita reunião não se extraiu, pelos elementos de cognição contidos neste *habeas corpus*, aconselhamento jurídico levado a efeito pelo magistrado.

4. O fato de o encontro ter ocorrido fora das dependências do fórum, por si só, não acarreta a suspeição do magistrado, visto que o conteúdo e o alcance da conversação, presenciada, inclusive, pelo Procurador-Geral de Justiça, ficou bem delineada nos autos, e, de seu conteúdo, não se constata a existência de palavra ou atitude comprometedora de isenção do juiz.

5. Em direito processual, é vedado às partes a adoção de comportamentos contraditórios (**nemo venire contra factum proprium**). Na espécie, foi o réu quem solicitou, com insistência, o encontro com o juiz. Inadmissível que, agora, pretenda acoimar o ato de suspeito.

6. Ordem denegada."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (eDOC 17, p. 89). Daí, a interposição do presente recurso ordinário.

Na oportunidade, o recorrente sustenta nulidade do acórdão proferido pelo STJ devido à ausência de apreciação de tese trazida pela defesa e reitera pedidos pretéritos, requerendo o provimento do recurso ordinário para conceder a ordem de *habeas corpus* e declarar a suspeição do magistrado.

**RHC 119892 / RR**

Este recurso foi distribuído a mim em razão de prevenção, pois relatei a AP n. 457/RR que tramitou nesta Corte.

O parecer ministerial foi pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

25/08/2015

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.892 RORAIMA****VOTO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Conforme relatado, a defesa busca o reconhecimento da suspeição do magistrado responsável pela instrução e julgamento da ação penal instaurada contra Neudo Ribeiro Campos, em trâmite na 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima, devido à suposta quebra de imparcialidade decorrente de encontro entre o réu, o referido Juiz Federal na presença do então Procurador-Geral de Justiça, fora das dependências do fórum.

Inicialmente, quanto à alegação de nulidade do acórdão proferido pelo STJ devido à ausência de apreciação de tese trazida pela defesa, cumpre observar que esta Corte tem entendimento, inclusive assentado repercussão geral, dando interpretação aos incisos XXXV e LX, art. 5º e ao inciso IX, art. 93 da CF, de não exigir do órgão julgador exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas trazidas, bastando sejam fundamentadas, ainda que sucintamente (AI-QO-RG 791.292, de minha relatoria, Pleno, DJe 13.8.2010).

Para ver acolhida a pretensão, o ora recorrente opôs embargos declaratórios, os quais, após devidamente examinados, restaram rejeitados.

Aponta omissão no que diz com a análise de fato pontual, qual seja, ter o magistrado asseverado na dita reunião ser perda de tempo arguir nova suspeição, bem como sugerido a contratação de um advogado “mais próximo do juiz”. Como se depreende do exame dos autos, esse argumento foi afastado no contexto da decisão proferida pelo STJ, especialmente quando esmiuçados os fatos entendidos como comprovados, repelindo, ainda que tacitamente, tal pretensão do então impetrante.



**RHC 119892 / RR**

De qualquer modo, não verifico nenhum defeito em relação a eventual omissão na análise dos argumentos lançados na inicial do *writ*, estando o acórdão ora atacado devidamente fundamentado. Nesse ponto, afasto a pretensão de nulidade aventada.

No que tange às demais alegações, compulsando os autos, verifico que, na época dos fatos, o recorrente solicitou, por intermédio do então Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima, um encontro com o magistrado excepto com a finalidade de obter informações a respeito da possibilidade de ser preso em pleno período eleitoral.

Veja-se, nas palavras do excepto, ao rechaçar o pedido de suspeição, como se deram os fatos:

“De fato, há quase cinco (5) anos aceitei, após relutar muito, convite do então candidato a Deputado Federal, Neudo Ribeiro Campos, transmitido pelo Dr. Edson Damas da Silveira, então Procurador Geral de Justiça do Estado de Roraima. **Sua Excelência, o Procurador, convenceu-me que o ora excipiente estava muito preocupado com boatos de que seria preso em plena campanha eleitoral e queria apenas ser tranquilizado.**

**Fui, embora em férias, mas impus a condição de que a conversa fosse presenciada pelo Procurador Geral de Justiça.**

Naquela oportunidade expliquei ao candidato as hipóteses de prisão cautelar - presentes no início da operação "Praga do Egito" (2003) e ausentes naquele momento (2005) -; disse que ele possuía advogados tanto em Brasília quanto em Roraima que poderiam orientá-lo melhor; ouvi pacientemente lamúrias de arrependimentos e lágrimas de vergonha - ao lembrar que um de seus netos perguntara: "vovô, o senhor é ladrão?" - ; fiquei sensibilizado, despedi-me e saí.

Continuaram na sala ele e o Procurador. Depois, soube que o ora excipiente teria manifestado ter ficado tranquilo após o encontro.

**RHC 119892 / RR**

O candidato, ora excipiente, realizou sua campanha, não foi preso e foi eleito Deputado Federal, mandato que cumpriu até renunciar ao foro por prerrogativa.”

Foi declaração do então Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima, a saber:

“Declaro, para fins de direito, que recebi em audiência no Gabinete do Procurador-Geral de Justiça – quando ainda ocupava aquela cargo no Estado de Roraima, em meados do ano passado e a pedido do próprio interlocutor – o ex-Governador e já candidato a Deputado Federal pelo nosso Estado, Engenheiro NEUDO RIBEIRO CAMPOS. Naquela oportunidade sua excelência justificou ter-me procurado a fim de lhe fazer um grande favor, qual seja, a de agendar audiência dele com o Juiz Federal HELDER GIRÃO BARRETO, uma vez que era sabedor da nossa proximidade e relação de confiança. **Estranhei aquele gesto, fazendo ver ao Engenheiro NEUDO RIBEIRO CAMPOS que o caminho normal para tal encontro poderia se dar via seu advogado devidamente constituído nos autos. Ocorre que o próprio NEUDO CAMPOS afirmou ter certa dificuldade para conseguir referida audiência, pois seu advogado – segundo palavras ditas por ele - “teria se desentendido com o Doutor HELDER GIRÃO em audiência”,** não tendo naquela oportunidade outro caminho a seguir senão a minha ajuda pessoal. Preocupado, indaguei ao Engenheiro NEUDO RIBEIRO CAMPOS qual seria então o teor da conversa que pretendia ter ele com o magistrado em questão, tendo recebido como resposta a sua pretensão de dizer ao Doutor HELDER GIRÃO de que pessoalmente não tinha nada contra a sua pessoa e que, se eventualmente tivesse tomado alguma decisão que o desagradasse como Governador de Estado, estava disposto a lhe pedir desculpas. Voltei a reafirmar ao Engenheiro NEUDO RIBEIRO CAMPOS que a sua pretensão poderia ser

**RHC 119892 / RR**

feita diretamente à Chefia (...) interferência, pois **sentia-se prejudicado com o comportamento advogado junto à condução do seu processo, me relevando que trata-se de um “profissional imaturo”, “sem condições técnicas de conduzir o caso” e, bem por isso, estaria providenciando a sua troca. Complementou ainda estar preocupado com os boatos que corriam na cidade dando conta de que voltaria a ser preso, exatamente às vésperas de uma eleição e justamente por não esta “acobertado” pelo manto da prerrogativa de foro.** Em face da visível situação de desespero do Engenheiro NEUDO CAMPOS, aceitei propor ao Juiz Federal HELDER GIRÃO BARRETO que o recebesse em audiência, tendo referido magistrado aceitado se avistar com a parte, desde que fosse dentro das instalações do Ministério Público e na minha presença, justamente para evitar mal entendido. E de fato tal audiência aconteceu, no período da tarde, dentro do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e na minha presença. O Engenheiro NEUDO RIBEIRO CAMPOS tomou a iniciativa de se desculpar pelos atos do seu advogado, revelando também ao Doutor HELDER GIRÃO que pretendia desconstituí-lo de todos os seus processos em razão justamente da sua “intempestividade” e “imaturidade”. Disse também que não nutria nenhum sentimento de ódio ou mal estar por tudo que passou, se desculpando ainda por eventuais medias que tenha tomado na condição de Governador e tenha desagradado o Doutro HELDER GIRÃO, mas revelou estar muito preocupado com o fato de poder voltar a ser preso, principalmente nas vésperas de um pleito eleitoral. Entedia ele que a oportunidade de ser eleito Deputado Federal seria uma forma de reconstruir a sua vida, dando um alento inclusive para a família, *se emocionando logo em seguida quando lembrou que o seu neto, menor de idade e a ao tomar conhecimento pela televisão de esta preso, teria mais tarde perguntado se o “seu avô era bandido”.* **O Juiz Federal HELDER GIRÃO BARRETO esclareceu que a decretação de uma nova prisão cautelar somente se justificaria se ocorressem alguns fatos novos e devidamente previstos em lei**

**RHC 119892 / RR**

**como, por exemplo, ameaçar testemunhas.** Revelou também que não tinha qualquer sentimento de animosidade em relação à figura do seu (...) qualquer outro fato que mereça registro. Por uma questão de justiça e à bem da verdade dos fatos, o encontro aconteceu exatamente nos termos alhures descritos, não durando mais do que trinta minutos, tudo na minha presença e da forma mais transparente possível. **O Doutor Helder Girão foi o último a chegar e o primeiro a se retirar, se despedindo de nós e desejando inclusive sorte para o Engenheiro NEUDO CAMPOS.** Este, ao deixar o meu gabinete, fez questão de enaltecer o meu gesto ao dizer que **um “grande peso havia tirado das suas costas”.** Ao encerrar, registro que toda a conversa havida naquela oportunidade entre o Engenheiro e agora Deputado Federal NEUDO RIBEIRO CAMPOS, e Juiz Federal HELDER GIRÃO BARRETO se deu integralmente na minha presença e em meu gabinete, nos exatos termos dispostos. Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração em duas vias (...) Boa Vista, 13 de agosto de 2007. (fls. 23/25).”

Assim, em primeiro momento, é certo o fato de o encontro ter ocorrido por iniciativa do próprio réu que, motivado por preocupações particulares (receio de ser preso em período eleitoral), desejou falar diretamente com o Magistrado. Tais circunstâncias não foram por ele rechaçadas em nenhuma oportunidade.

Logo, alinho-me aos argumentos lançados, em uníssono, nas instâncias precedentes de não admitir reconhecimento de suspeição de magistrado quando as razões decorrem de ato perpetrado pela própria parte que as alega.

Esse entendimento, consubstanciado na regra prevista no art. 256 do CPP (*A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la*), em conjunto com o art.

**RHC 119892 / RR**

565 também do CPP (*Nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse*) e o art. 243 do CPC (*Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa*), encerram máxima da proibição ao comportamento contraditório ou do princípio geral de que ninguém pode valer-se da própria torpeza (*nemo auditur propriam turpitudinem allegans*).

Ainda que se ultrapasse tal óbice, o fato considerado em si e delineado pelas partes envolvidas não aponta qualquer ilicitude.

É bem verdade ser incomum marcação de encontro entre juiz e réu fora das dependências de fórum. Contudo, o encontro ocorreu na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, com a presença do Chefe da Procuradoria-Geral de Justiça, não ficando o magistrado, frise-se, em nenhum momento, a sós com o réu – sendo *o último a chegar e o primeiro a sair*. Então, apesar de, à primeira vista, o fato causar certa estranheza, o olhar mais atento evidencia que foi cauteloso para que não houvesse qualquer comprometimento da imparcialidade. Ao contrário do que alega o recorrente, inexistente qualquer contradição nessa conclusão, mas, sim, a evidência de comportamento ético e prudente.

O conteúdo da conversa, também, não indica qualquer aconselhamento capaz de inferir quebra de isenção ou parcialidade. O fato de informar que eventual “*decretação de uma nova prisão cautelar somente se justificaria se ocorressem alguns fatos novos e devidamente previstos em lei como, por exemplo, ameaçar testemunhas*”, não passa de simples informação do processo corriqueira que, conforme se extrai dos autos, foi complementada com a sugestão de o recorrente buscar melhores esclarecimentos com seus advogados constituídos.

Ademais, como asseverou o *Parquet*:

**RHC 119892 / RR**

*“(...) muito embora o recorrente afirme que o Juiz o teria aconselhado a constituir um advogado mais próximo dele, não há elementos nestes autos que comprove essa assertiva. Também não há elementos que evidencie a veracidade da afirmação de que o Juiz teria dito que não adiantava arguir a sua suspeição” (eDOC 21).*

De qualquer forma, não se pode negar que a expressão “advogado mais próximo do juiz” também significa, no jargão jurídico, profissional que atua na localidade onde tramita o processo. Seja como for, não se sabe se tal declaração, efetivamente, aconteceu e, caso tenha de fato ocorrido, em que sentido teria sido proferida.

Por último, ainda, assevero que, para configuração de suspeição, necessária a produção de provas com a finalidade de demonstrar os motivos pessoais ou interpessoais que impedem a atuação do juiz na causa. Daí, a aparente impossibilidade da via estreita de *habeas corpus*, uma vez que esse rito especial não permite a produção e a reanálise de provas para fins de reconhecimento de manifesta ilegalidade. A prova deve ser pré-constituída, o que não se vê no presente feito.

Diante do exposto, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

É como voto.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.892**

PROCED. : RORAIMA

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

RECTE.(S) : NEUDO RIBEIRO CAMPOS

ADV.(A/S) : MARCELO LUIZ AVILA DE BESSA E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, negou provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 25.08.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Deborah Duprat.

Ravena Siqueira  
Secretária